

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE INCLUSÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO SERTÃO DOS INHAMUNS-CEARÁ

Leonardo Ribeiro de Barros ¹

RESUMO

A formação dos profissionais que trabalham com a inclusão escolar nos municípios de Boa Viagem e Madalena, no Sertão dos Inhamuns do Ceará, é um desafio que demanda estratégias abrangentes e integradas. Compartilhando a concepção de que o processo de formação docente extrapola os limites do ambiente escolar e se estende ao cotidiano e outros espaços educativos, alinhando-se as perspectivas apresentadas nos estudos de Tardif (2000), Zulian e Freitas (2001), Glat e Nogueira (2002), Tavares, Santos e Freitas (2016). Esses autores destacam a pluralidade dos saberes docentes, que englobam conhecimentos pedagógicos, disciplinares, curriculares e experienciais. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a formação de professores para a Educação Infantil (EI) e anos iniciais do Ensino Fundamental (EF) ocorre nos Cursos de Licenciatura em Pedagogia. Nesse contexto, o IFCE Campus de Boa Viagem ainda que não possua a oferta desse curso, desempenha um papel importante em oferecer cursos de extensão de formação inicial e continuada no contexto da Educação Inclusiva. A partir de uma abordagem teórico-metodológica que reconhece a complexidade e diversidade dos saberes docentes, este estudo busca compreender as necessidades de formação dos profissionais que atuam com inclusão escolar na região dos Inhamuns. Por meio de análises quantitativas, e levantamento de demandas locais, identificamos lacunas na formação existente e possíveis estratégias para suprir essas necessidades. Os principais resultados revelam a importância de programas de formação continuada, workshops, parcerias com instituições locais e ações de extensão universitária para fortalecer as competências dos profissionais envolvidos na inclusão escolar. Além disso, ressaltam a relevância de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, envolvendo não apenas a área da Educação, mas também profissionais de saúde, assistência social e outras áreas afins.

Palavras-chave: Formação de professores, Sertão dos Inhamuns, IFCE, Educação Inclusiva, Educação Especial

¹ Mestre em Educação Bilíngue pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Ceará (IFCE) do Campus de Boa Viagem leonardo.barros@ifce.edu.br;

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar constitui um desafio multifacetado que demanda uma compreensão ampla e integrada das necessidades formativas dos profissionais de educação. No contexto brasileiro, essa temática adquire particular relevância nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, como o Sertão dos Inhamuns, no estado do Ceará. Este estudo se propõe a analisar a formação dos profissionais que atuam na inclusão escolar nos municípios de Boa Viagem e Madalena, municípios esses que fazem parte do raio de alcance do IFCE Campus de Boa Viagem.

A formação docente é um processo contínuo que transcende os limites da sala de aula, envolvendo uma multiplicidade de saberes e práticas adquiridos tanto em contextos formais quanto informais. Baseando-se nos estudos de Tardif (2000), Zulian e Freitas (2001), Glat e Nogueira (2002), Tavares, Santos e Freitas (2016) reconhecemos que os saberes docentes incluem conhecimentos pedagógicos, disciplinares, curriculares e experienciais. Esse entendimento embasa a necessidade de estratégias formativas que contemplem a diversidade e a complexidade das demandas educacionais na perspectiva da inclusão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) Campus de Boa Viagem desempenha um papel estratégico na oferta de formação para profissionais da educação na região. A instituição oferece um curso de Licenciatura, a saber, na área de Química, como também desenvolve ações de extensão e programas de formação inicial continuada, atendendo às especificidades locais com o intuito de promover momentos de aprendizagem e reflexão sobre necessidades prementes que fazem parte do cotidiano dos docentes da região.

Este estudo, por meio de uma abordagem teórico-metodológica abrangente, busca compreender as necessidades formativas dos profissionais de inclusão escolar nos municípios do Sertão dos Inhamuns. Os objetivos são identificar lacunas na formação atual, propor estratégias para suprir essas carências e promover um debate sobre a importância de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa que envolva não apenas educadores, mas também profissionais de saúde, assistência social e outras áreas correlatas.

Os resultados esperados deste estudo incluem a formulação de propostas concretas para o fortalecimento das competências dos profissionais de inclusão escolar, contribuindo para a efetiva implementação das políticas de educação inclusiva na região. É esperado que este trabalho possa servir de referência para outras regiões do Brasil, que enfrentam desafios semelhantes no campo da educação inclusiva.

METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, foi adotado uma abordagem quanti-qualitativa, que nos permite explorar de forma profunda e detalhada as nuances e especificidades da formação dos profissionais de inclusão escolar na região do Sertão dos Inhamuns, Ceará. A metodologia quanti-qualitativa é especialmente adequada para este tipo de investigação, pois busca compreender fenômenos sociais complexos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos e das especificidades do contexto em que estão inseridos.

O estudo foi conduzido nos municípios de Boa Viagem e Madalena. Esses municípios foram escolhidos devido à sua representatividade na região do Sertão dos Inhamuns e por fazerem parte do raio de alcance do IFCE Campus de Boa Viagem. Os participantes do estudo incluem professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e outros profissionais envolvidos na educação especial e na inclusão escolar.

A coleta de dados foi realizada através do preenchimento de formulário eletrônico durante o mês de junho de 2024. Os questionários incluíram perguntas abertas e fechadas, abordando aspectos como a formação inicial, a formação continuada, os desafios enfrentados na prática cotidiana e as estratégias utilizadas para promover a inclusão escolar. Os dados coletados foram analisados através da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Esta técnica permite a categorização e interpretação dos dados qualitativos, identificando padrões e temas recorrentes nas falas dos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da formação de professores para a educação inclusiva no Brasil destaca a complexidade e os desafios inerentes ao preparo desses profissionais para lidar com as necessidades específicas dos alunos com deficiência. Glat e Nogueira (2001) enfatizam que, apesar dos avanços na legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a implementação efetiva das políticas de inclusão enfrenta barreiras significativas, principalmente relacionadas ao despreparo dos professores do ensino regular para acolher alunos com deficiência. Glat e Pletsch (2010) reforçam que, além do despreparo, existe um afastamento histórico entre a Educação Especial e a Educação Regular, o que dificulta a integração desses dois campos no ambiente escolar.

Tavares, Santos e Freitas (2015) apontam que a Resolução CNE/CP nº2 de 2015 e o artigo 59 da LDB estabelecem diretrizes claras para a formação de professores, incluindo a necessidade de conteúdos específicos como Libras e Educação Especial nos currículos dos cursos de licenciatura. No entanto, estudos como os de Vitaliano (2007) e Sant'Ana (2005) revelam uma lacuna significativa na preparação dos professores para práticas inclusivas, destacando o despreparo como um obstáculo ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência. Pedroza (2014) e Rosin-Pinola e Del Prete (2014) destacam a importância de uma postura diferenciada dos professores, enfatizando habilidades sociais e práticas educativas colaborativas, como o coensino, para promover a inclusão efetiva.

Zulian e Freitas (2001) discutem que a educação inclusiva exige uma mudança paradigmática na forma como a educação é concebida e praticada. Eles argumentam que a transformação pedagógica deve começar pela adaptação da escola e da sociedade às necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo e interativo. A formação dos professores, portanto, deve capacitá-los não apenas em aspectos teóricos, mas como facilitadores ativos do conhecimento. Além disso, destacam a necessidade de utilizar tecnologias adaptativas para criar ambientes de aprendizagem que se ajustem aos diferentes estilos de aprendizagem e níveis de capacidade dos estudantes.

Silva (2015) analisa a formação de professores no contexto da educação inclusiva, destacando que a formação atual muitas vezes negligencia as necessidades específicas do público da educação especial. Devido a essas razões, a autora propõe que todas as licenciaturas deveriam adotar um novo modelo formativo que realmente prepare os professores para a inclusão, enfatizando a necessidade de mudança na mentalidade dos profissionais envolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação. A autora sugere que os próprios sujeitos da educação especial precisam se envolver ativamente no movimento de inclusão, assumindo a responsabilidade de criar condições para que as mudanças ocorram.

Tardif (2000) contribui para essa discussão ao destacar que os saberes profissionais dos professores são variados e heterogêneos, refletindo a multiplicidade de objetivos que os docentes buscam atingir simultaneamente durante suas atividades diárias. O autor compara os saberes dos professores às ferramentas de um artesão, que são utilizadas de maneira pragmática e integrada no contexto das atividades de ensino, ganhando significado e utilidade na ação educativa. Essa visão reforça a necessidade de uma formação docente que capacite os professores a mobilizar diferentes tipos de saberes para alcançar objetivos emocionais, sociais, cognitivos e coletivos na prática cotidiana da sala de aula.

Esses estudos evidenciam a necessidade urgente de reformular a formação docente no Brasil, garantindo que todos os professores estejam adequadamente preparados para promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas especificidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados revelou informações importantes sobre a formação e os desafios enfrentados pelos profissionais de inclusão escolar nos municípios do Sertão dos Inhamuns, Ceará. Os 42 entrevistados foram majoritariamente mulheres (85,7%), com uma pequena representação masculina (11,9%) e um indivíduo que se identificou como outro gênero (2,4%). A distribuição geográfica dos participantes mostrou que 41,48% eram de Boa Viagem e 59,52% de Madalena.

No que diz respeito ao nível de formação, metade dos participantes (50%) possuíam pós-graduação em nível de especialização, enquanto 2,4% tinham pós-graduação em nível de aperfeiçoamento. Outros 35,7% possuíam ensino superior completo e 11,9% tinham apenas o ensino médio. A maioria dos profissionais com nível superior tinham formação em licenciatura (54,7%), seguidos por bacharéis (14,3%) e tecnólogos (2,4%). Um dado curioso neste respeito que permite problematizarmos a precarização na profissão docente e criticarmos a falta de incentivo e previsões legais de afastamento para formação inicial e continuada, é que nenhum dos profissionais que trabalham com a inclusão considerados para a pesquisa, possui mestrado ou doutorado.

Dos 42 participantes, 73,8% concluíram cursos de graduação, com destaque para a Licenciatura em Pedagogia (19,1%) e Licenciatura em Letras (7,1%). As pós-graduações mais frequentes incluíam áreas como Educação Especial Inclusiva, Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia. A experiência no ensino de alunos com deficiência variou entre os participantes: 9,5% tinham menos de um ano de experiência, 40,5% tinham entre um a três anos, 21,4% tinham entre três a cinco anos, e 28,6% tinham mais de cinco anos de experiência.

A capacitação em Educação Inclusiva nos últimos 12 meses foi diversificada. Cerca de 70% dos participantes realizaram algum tipo de capacitação, sendo que 38,1% realizaram mais de 100 horas de treinamento. Os temas mais comuns incluíram Educação Inclusiva, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Libras. Neste sentido, durante os últimos um ano e meio, de janeiro de 2023 a julho de 2024, o IFCE Campus de Boa Viagem ofereceu algumas ações de formação inicial e continuada, a saber: quatro edições do Curso EaD de Libras, duas

edições do Curso em Educação Inclusiva, o evento Setembro Azul em setembro de 2023, o I Fórum de Acessibilidade e Inclusão em outubro de 2023, o I Encontro Cearense Interdisciplinar de Ensino, Tradução e Interpretação de Língua de Sinais, em novembro de 2023, além de oito encontros do Grupo de Estudos sobre Acessibilidade e Inclusão e quatro lives do Ciclo de Formação de Tradutores Intérpretes de Libras.

Os principais desafios relatados pelos participantes ao trabalhar com alunos com deficiência incluíram a falta de recursos didáticos (57,1%), falta de apoio especializado (38,1%), infraestrutura inadequada (38,1%) e falta de capacitação específica (28,6%). Outros desafios incluíram a dificuldade de relacionamento com os responsáveis (33,3%) e a falta de experiência com pessoas com deficiência (2,4%).

Os profissionais destacaram a necessidade de capacitação contínua em diversas áreas para melhorar o trabalho com alunos com deficiência. As necessidades mais citadas foram: cursos sobre adaptação do currículo e avaliações (52,4%), uso de tecnologia assistiva (35,7%), desenvolvimento de materiais pedagógicos (54,8%), gestão de sala de aula inclusiva (47,6%) e conhecimento da legislação de Educação Especial Inclusiva (38,1%).

Além disso, houve uma forte demanda por cursos sobre Libras, audiodescrição e deficiência visual, deficiência física e múltipla, deficiência intelectual, e autismo, superdotação e altas habilidades. A necessidade de recursos e infraestrutura adequados, apoio especializado e orientação para famílias também foi destacada por cerca de 60% dos participantes.

A discussão sobre os desafios enfrentados destaca a importância de estratégias interdisciplinares e colaborativas, que envolvam não apenas a área da educação, mas também profissionais de saúde e assistência social, além de parcerias com instituições locais e ações de extensão universitária. Essas estratégias são essenciais para promover um ambiente escolar inclusivo e de qualidade para todos os alunos.

Os resultados deste estudo podem contribuir para o desenvolvimento de programas de formação continuada mais eficazes e contextualizados, bem como para a implementação de políticas públicas que apoiem a educação inclusiva de forma mais abrangente e integrada na região do Sertão dos Inhamuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revelou importantes informações sobre a formação dos profissionais de inclusão escolar nos municípios do Sertão dos Inhamuns, especialmente em Boa Viagem e Madalena. Ficou evidente que, apesar dos avanços legislativos e das políticas públicas voltadas

para a inclusão, ainda existem barreiras significativas que dificultam a implementação eficaz dessas políticas. A principal dessas barreiras é o despreparo dos professores do ensino regular para acolher alunos com deficiência, o que se reflete em diversos desafios práticos no cotidiano escolar.

A formação docente, conforme observado, precisa ser um processo contínuo e abrangente que vá além dos aspectos teóricos. Deve incluir a capacitação prática para lidar com a diversidade e as especificidades dos alunos com necessidades especiais. A atual lacuna na formação inicial e continuada dos professores indica uma necessidade urgente de reformulação dos cursos de licenciatura, de modo que incluam conteúdos específicos e práticos voltados para a inclusão.

A necessidade de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa foi um dos pontos fortes destacados neste estudo. Envolver não apenas educadores, mas também profissionais de saúde, assistência social e outras áreas correlatas, pode criar um ambiente escolar mais inclusivo e eficiente. As parcerias com instituições locais e ações de extensão universitária surgem como estratégias viáveis para fortalecer as competências dos profissionais de inclusão escolar.

Outro aspecto fundamental identificado foi a demanda por tecnologias adaptativas e recursos didáticos adequados, que são essenciais para ajustar o ensino às diferentes necessidades dos alunos. A implementação de programas de formação continuada que incluam o uso dessas tecnologias pode ser um passo importante para melhorar a eficácia das práticas inclusivas.

A capacitação dos professores em diversas áreas, incluindo adaptação curricular, gestão de sala de aula inclusiva, e conhecimentos sobre a legislação de Educação Especial Inclusiva, é fundamental para superar os desafios identificados. Além disso, a formação deve incentivar uma postura proativa e colaborativa entre os professores, promovendo a troca de experiências e a construção coletiva de estratégias inclusivas.

Em conclusão, este estudo destaca a imperativa necessidade de contínua capacitação dos professores e profissionais envolvidos na inclusão escolar para que possam desempenhar eficazmente suas funções. As evidências apresentadas apontam para a urgência de políticas públicas que promovam o treinamento específico e valorizem esses profissionais, reconhecendo a carga horária intensa e a insuficiente remuneração que atualmente enfrentam. Apenas com o comprometimento efetivo dos gestores municipais e a implementação de programas de formação continuada, será possível superar o discurso da inclusão e promover um ambiente verdadeiramente inclusivo e acolhedor. Dessa forma, espera-se que os profissionais da educação especial sejam devidamente preparados e capacitados, refletindo diretamente na

qualidade do ensino e no atendimento das necessidades dos alunos, em especial aqueles público-alvo da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2024.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 07 de julho de 2024.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no 10.172/01. 2001. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 07 de julho de 2024.

_____. **Resolução CNE/CP n. 2, de 1 de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em 07 de julho de 2024.

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 07 de julho de 2024.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista integração, v. 24, n. 14, p. 22-27, 2002.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento**. Revista Educação Especial, v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010.

PEDROZA, R.L.S. **A formação do professor: possibilidades para o desenvolvimento profissional e pessoal** In: DESSEN, M.A.; MACIEL, D.A. (Org.). A ciência do desenvolvimento humano, desafios para a psicologia e a educação Curitiba: Juará, 2014. p.299-325

ROSIN-PINOLA, A.R.; DEL PRETTE, Z.A.P. **Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.20, n.3, p.341-356, 2014.

SANT'ANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. Psicologia em estudo, Marília, v.10, n.2, p.227-234, 2005.

SILVA, L. C. Formação de professores: desafios à educação inclusiva. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, p. 691-702, 2015.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. Revista brasileira de Educação, n. 13, p. 05-24, 2000.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 527-542, 2016.

VITALIANO, C.R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n.3, p.399-414, 2007.

ZULIAN, M. S.; FREITAS, S. N. Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo. Revista Educação Especial, v. 18, p. 47-57, 2001.